

## **PROJETO DE LEI Nº , DE 2017**

(Do Sr. DANIEL COELHO)

Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que *Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências*, para possibilitar o exercício da profissão de Auxiliar de Enfermagem pelo Técnico em Enfermagem sem cobrança em duplicidade da anuidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que *Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências*, passa a vigorar com o seguinte § 2º, renumerando-se seu parágrafo único para § 1º:

“Art. 2º.....

§ 1º.....

§ 2º O profissional inscrito como Técnico em Enfermagem poderá exercer a função de Auxiliar de Enfermagem sem a necessidade de inscrição específica para esta função. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

As atividades dos profissionais Técnicos e Auxiliares de enfermagem estão regulamentadas no Brasil, desde o ano de 1986 pela Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986 e pelo Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987. Os Técnicos e Auxiliares de Enfermagem representam hoje no país um quadro de 80% dos cerca de 1.6 milhão de profissionais de enfermagem.

Esses profissionais estão presentes em todos os municípios, fortemente inseridos no Sistema Único de Saúde (SUS) e com atuação nos

setores público, privado, filantrópico e de ensino. Tais categorias apresentam um nível de escolaridade acima da exigida para o desempenho de suas atribuições, com 23,8% reportando nível superior incompleto e 11,7% tendo concluído curso de graduação.

As profissões de enfermagem são tecnicamente hierarquizadas na seguinte ordem decrescente: Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem. Assim o Técnico de Enfermagem possui maior qualificação que o Auxiliar e não deveria se inscrever novamente no Conselho Regional de Enfermagem (Coren) como Auxiliar de Enfermagem quando tivesse que exercer as funções de Auxiliar.

Porém os Técnicos de Enfermagem que passam em concurso para exercer a função de Auxiliar de Enfermagem têm sido obrigados a se registrarem duplamente nos conselhos de fiscalização profissional, com o consequente pagamento de duas anuidades.

Não podemos concordar com esse entendimento, uma vez que a habilitação para o exercício profissional de Técnico de Enfermagem abrange também aquelas exigidas para a qualificação do Auxiliar de Enfermagem. Não há, portanto, nenhuma irregularidade no Técnico de Enfermagem exercer a função de Auxiliar de Enfermagem com a efetivação de uma única inscrição no Coren como Técnico de Enfermagem. O que não poderia ocorrer é a permissão de o profissional detentor apenas do curso de Auxiliar de Enfermagem exercer a função do Técnico de Enfermagem.

Desta forma, a nossa iniciativa visa dar garantias e proteger os profissionais Técnicos de Enfermagem que exercem, tanto na iniciativa privada quanto na pública, atividades de Auxiliar de Enfermagem, a fim de que não tenham que efetuar injustificadamente o duplo registro nos conselhos profissionais.

Isso posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em        de        de 2017.

Deputado DANIEL COELHO